

2025



Relatório de Gestão 2025

Índice:

1 – Introdução	Pág. 2
2 – Enquadramento	Pág. 2
2.1 – Instituição	Pág. 2
2.2 – Respostas Sociais	Pág. 3 - 5
3 – Missão, Visão e Valores	Pág. 5
4 – Órgãos Sociais	Pág. 6
5 – Análise da Situação Económica	Pág. 6
6 – Demonstrações de Resultados Financeiros	Pág. 7 - 30
7 – Objetivos e Perspetivas para 2026	Pág. 31
8 – Agradecimentos	Pág. 31

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento tem o objetivo de compilar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima, ao longo do ano de 2025.

Face às conjeturas vividas quer aos níveis mundial nacional, regional e local, podemos considerar que o ano foi de grande recuperação financeira, face ao apresentado no ano anterior.

Para isso, contribuiu a boa gestão implementada pela direção a todos os níveis, onde se realça e agradece o contributo de todos os colaboradores que sempre disponíveis, tem ajudado esta casa com o seu profissionalismo e sentido de missão, fazendo deste modo, jus ao lema da mesma; *UMA CASA ONDE DEUS ACONTECE*.

2 – ENQUADRAMENTO

2.1 – Instituição



Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima

O Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima é uma Instituição Particular de Solidariedade Social criada em 1968 com os estatutos aprovados em 29 de junho do mesmo ano. Este Centro Social é a concretização na comunidade de Aveiras de Cima do serviço evangélico dos mais pobres, mais desfavorecidos e marginalizados.

É o rosto da Igreja, Mãe e Mestra, impulsionadora do compromisso dos Cristãos nas responsabilidades sociais, na partilha e na comunhão de bens.

A sua ação guia-se pela Doutrina Social da Igreja e pretende promover a dignidade da pessoa humana e a sua cidadania, pelo progresso moral espiritual cultural e humano.

O Centro Social e Paroquial programa a sua ação em ordem á promoção integral da pessoa humana numa atitude de respeito pelas capacidades das diferentes fases etárias, num clima de amor, paz, liberdade e responsabilidade, tendo por referência a Pessoa de Jesus Cristo e a sua Mensagem.

O Centro Social e Paroquial está atento à dimensão da Diaconia caritativa que é um elemento essencial da vida da Comunidade onde está inserido.

Sem esta *dimensão caritativa*, estaria posta em causa a verdade e a identidade da missão de um Centro Social e Paroquial, como tal tem um **agir** comunitário que tem de ter uma **dimensão pública**.

Os seus serviços situam-se **aqui**, como expressão desta *dimensão da diaconia*.



O Centro Social e Paroquial é uma das concretizações desta Diáconia, e por isso um instrumento pastoral do anúncio evangélico.

Aceitamos o risco de sermos considerados “agência prestadora de serviços sociais”. O Estado não faz. Então a Igreja faz e mais barato!...

Interrogamo-nos se aquilo que fazemos é anúncio e deixa transparecer Jesus Cristo: o que se faz no nosso Centro é expressão da vida da Comunidade? É expressão da Fé e transmite-a? Os funcionários conseguem exprimir o sentido da caridade, razão de ser destas obras da Comunidade?

Temos consciência de que é difícil! Mas aceitamos o risco! Na nossa ação caritativa, distinguimo-nos de tantos outros gestos maravilhosos de solidariedade, porque tudo o que fazemos e tudo onde intervimos,

fazemo-lo transmitindo o amor de Deus que nos habita, que nos impele e nos envia.

O Centro Social e Paroquial deseja estar sempre disponível para multiplicar em factos, acontecimentos e obras o que a Comunidade de Aveiras de Cima tem e é, sempre ao serviço do mais pequeno, mais carenciado e mais pobre.

2.2 – Respostas Sociais

O Centro Social e Paroquial concretiza este seu Ideário em três grandes núcleos de ação:

Jardim Infantil – Creche – Pré-escolar – Atividades Tempos Livres

Lar – Residência de Idosos – Centro de Dia e Apoio Domiciliário

Colónia de Férias – Crianças – Jovens e Idosos

Linhas de Ação destas três valências:

- respeito pela dignidade da pessoa atendendo às suas necessidades humanas e materiais, intelectuais e psicológicas, morais e espirituais.
- promoção de atividades de modo a desenvolver
 - afetividade e amizade
 - autoestima, autonomia e confiança
 - liberdade, criatividade e imaginação
 - amor, solidariedade e respeito
 - solidariedade, responsabilidade e cooperação

JARDIM INFANTIL

O objetivo fundamental do Jardim Infantil é estabelecer uma estreita relação com a família favorecendo o desenvolvimento e equilíbrio da criança, tendo em vista a sua inserção na sociedade como ser autónomo, livre, solidário, e na vivência da Fé Cristã. As Linhas, no âmbito da ação educativa, visa o desenvolvimento da criança respondendo a todas as suas capacidades, necessidades e bem-estar, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e religioso.

Toda a linha da ação Educativa caracteriza-se pela visão cristã da História, dos Sinais dos Tempos e Acontecimentos do Mundo.

Proporciona-se assim uma Iniciação Cristã e abertura ao Transcendente adaptado à idade das crianças.





LAR – Residência de Idosos

O objetivo fundamental do Lar é a prevenção de carências sociais sentidas pela população, e a prestação de um conjunto de serviços que satisfaçam as necessidades básicas do idoso assim como a prestação de apoio psicossocial.

O Lar assegura o alojamento de idosos, incluindo os serviços de alimentação, higiene e conforto e o tratamento de roupas; o atendimento e acolhimento de pessoas idosas cuja problemática seja passível de resposta ; o apoio necessário às famílias dos idosos no sentido de fortalecer a relação intrafamiliar e preservar os laços familiares; a realização de atividades sócio terapêuticas de forma a mantê-los ativos; o apoio médico e de enfermagem que permita uma correta ação preventiva e uma adequada resposta em caso de doença; assegura também o desenvolvimento normal do processo de envelhecimento, tentando evitar a sua degradação.

CENTRO DE DIA

O objetivo fundamental do Centro de Dia é assegurar a alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupas; apoio às famílias e aos idosos no sentido de fortalecer a relação intrafamiliar; a realização de atividades sociais e de lazer.

O Centro de Dia oferece ainda um local de reunião e de convívio e uma oportunidade de lazer e ocupação de tempos livres.



APOIO DOMICILIÁRIO

O objetivo fundamental do Apoio Domiciliário é a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a idosos, adultos ou famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outras situações de carência, não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades quotidianas.

COLÓNIA DE FÉRIAS

O objetivo fundamental da Colónia de Férias, é oferecer às Crianças e Idosos um tempo de férias junto ao mar. A Colónia das Crianças tem a duração de 15 dias sendo a sua programação marcada com um tema central à volta do qual decorrem os dias de cada turno.



COMUNIDADE INSTITUCIONAL

A Instituição é constituída por vários elementos – Direção, Pessoal técnico e não técnico que realizam responsável e ativamente os objetivos do Centro, segundo os seus níveis de competência.

Direção – garante a fidelidade aos objetivos fundamentais da Instituição, proporcionando os meios adequados à sua realização.

Pessoal técnico – realiza a promoção a nível cognitivo, relacional e organizativo dos utentes, mediante a sua competência profissional e pelo testemunho da vida cristã.

Pessoal não técnico – colabora na execução dos objetivos da Instituição mediante o desempenho da sua atividade profissional e pelo testemunho da vida cristã.

Crianças e Idosos - participam na vida da Instituição pelos moldes adequados às suas idades e capacidades.

Famílias - colaboram de uma forma responsável na vida da Instituição quando solicitados, por sua iniciativa própria ou através de reuniões assíduas.

COMUNIDADE PAROQUIAL

O Centro Social e Paroquial, lendo os sinais dos tempos, é uma Instituição atenta à vida dos homens, integra na sua dimensão caritativa uma ação direcionada para a comunidade por forma a responder às necessidades sentidas e a sua sensibilização para a partilha.

A **solidariedade e partilha evangélicas** é a norma marcante deste Centro Paroquial: “Vivei de tal maneira que os que têm muito não lhes sobre, a fim de que os que têm pouco não lhes falte” – cfr. 2ª Cor. 8/15.

3 – MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão:

A missão do Centro Social Paroquial de Aveiras de Cima é a promoção e o desenvolvimento da dignidade da Pessoa Humana, através do desenvolvimento das suas respostas sociais.

Visão:

Ser uma Instituição de excelência no acolhimento e nos serviços prestados, de acordo com a Doutrina Social da Igreja.

Valores e Princípios:

Os valores orientadores do CSPAC são: A Caridade; a Justiça; a Equidade; a Liberdade; a Responsabilidade e o Respeito. Como princípios rege-se pelos seguintes: A promoção da dignidade da Pessoa Humana; o Bem-comum e a Solidariedade.



4 – ÓRGÃOS SOCIAIS

Direção:

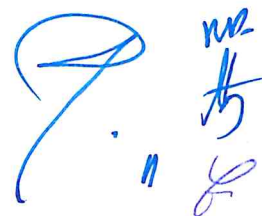
Presidente – Padre Antonio José de Barros Cardoso

Vice-Presidente – Ricardo Jorge Garrido Torres de Saúde Fernandes

Secretario – Antonio Félix Domingos

Tesoureiro – Antonio Luis Ferreira da Conceição

Vogal – Jose Guilherme Duarte Vidais



Conselho Fiscal:

Presidente – Luis Antunes

Vice-Presidente – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

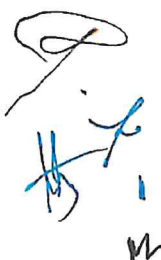
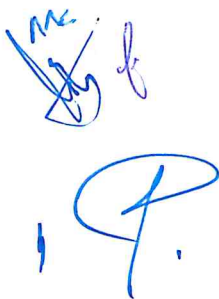
Vogal – Maria Fernanda Cláudio de Oliveira

5 – Análise da Situação Económica

De acordo com a apresentação das contas pelo contabilista com o fecho em 31 de dezembro de 2025, o resultado líquido do exercício foi de **329.237,75 € (trezentos e vinte nove mil duzentos e trinta e sete euros e setenta e cinco cêntimos)**.

Estes resultados manifestam a ótima gestão que foi implementada pela direção na administração do Centro ao longo do ano, cuja recuperação foi de um **resultado líquido negativo de 24.708,27 €**, para um **resultado líquido positivo de 329.237,75 €**, o que na verdade orgulha muito esta direção que tudo fez para atingir estes resultados, jamais pondo em causa todas as suas referências como instituição cristã ao serviço de todos, que pautam diariamente todos os nossos valores.

Obviamente que numa *Casa Onde Deus Acontece*, o mérito é de todos, nomeadamente os seus colaboradores/as, cujo espírito de ajuda, entrega e humildade, bastante contribuíram para esta recuperação. Os resultados ora apresentados serão transitados para 2026.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVEIRAS DE CIMA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



Índice	
Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração Fluxos Caixa	6
Anexo	
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Investimentos	
5.1. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	12
5.1.1 Bens do domínio público	12
5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural	13
5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis	13
5.1.4 Propriedades de investimento	14
6. Ativos intangíveis	14
7. Financiamentos obtidos	15
8. Custos dos financiamentos obtidos	15
9. Inventários	15
10. Rendimentos	16
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12. Subsídios, doações e legados à exploração	16
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14. Imposto sobre o rendimento	17
15. Benefícios dos empregados	17
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
17. Outras Informações	

me

17.1. Investimentos financeiros	18
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	18
17.3. Créditos a receber	18
17.4. Outros ativos correntes	19
17.5. Diferimentos	19
17.6. Caixa e depósitos bancários	20
17.7. Fundos patrimoniais	20
17.8. Fornecedores	20
17.9. Estado e outros entes públicos	21
17.10. Outros passivos correntes	21
17.11. Fornecimentos e serviços externos	22
17.12. Outros rendimentos	22
17.13. Outros gastos	23
17.14. Resultados financeiros	23
17.15. Informações genéricas	23
17.16. Acontecimentos após a data do balanço	24

MK

CENTRO SOC. PAROQUIAL AVEIRAS DE CIMA

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

BALANÇO
dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		2025	202-4
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5.1.3+5.1.4	1 638 778,16	1 710 377,21
Bens do património histórico e cultural.....			
Activos intangíveis.....	6		
Investimentos financeiros.....	17.1	20 124,01	20 124,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Outros crédito e ativos não correntes.....			
		1 658 902,17	1 730 501,22
Activo corrente:			
Inventários.....	9	30 755,35	26 219,79
Créditos a receber.....	17.3	43 254,91	45 262,19
Estado e outros entes públicos.....	17.9	6 669,56	5 292,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17.2		
Diferimentos.....	17.5	17 671,15	14 485,00
Outros activos correntes.....	17.4	825 646,64	64 773,45
Caixa e depósitos bancários.....	17.6	304 738,14	22 105,74
		1 228 735,75	178 138,22
Total do activo		2 887 637,92	1 908 639,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		8 679,66	8 679,66
Excedentes técnicos.....			
Reservas.....			
Resultados transitados.....		277 191,01	301 899,28
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		1 799 348,83	1 081 626,41
Subsídios ao investimento		1 699 428,80	981 706,38
Doações		99 920,03	99 920,03
Outras variações			
		2 085 219,50	1 392 205,35
Resultado líquido do período.....		329 237,75	-24 708,27
Total dos fundos patrimoniais	17.7	2 414 457,25	1 367 497,08
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras dívidas a pagar.....			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores.....	17.8	80 798,14	108 225,55
Estado e outros entes públicos.....	17.9	45 108,01	58 394,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	17.2	296,48	
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....	17.5		
Outros passivos correntes.....	17.10	346 978,04	374 521,87
		473 180,67	541 142,36
Total do passivo		473 180,67	541 142,36
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 887 637,92	1 908 639,44

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

Tridigito, Lda.

4/24

A Direcção
 António Manuel
 Centro Social Paroquial de Aveiras de Cima

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL AVEIRAS DE CIMA

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2025

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	10	3 165 885,84	2 797 684,51
Vendas			
Serviços Prestados		3 165 885,84	2 797 684,51
Quotizações e Joias			
Serviços prestados - Particulares		1 121 439,51	1 049 088,65
Serviços prestados - Entidades Públicas		1 978 331,47	1 683 679,77
ISS, IP		1 978 331,47	1 683 679,77
Outras entidades públicas			
Serviços prestados - Outros		66 114,86	64 916,09
Subsídios, doações e legados à exploração.....	10;12	231 289,46	213 935,46
ISS, IP - Centros Distritais		63 596,04	65 906,52
ISS, IP - Apolos excecionais e extraordinários			
Outras entidades públicas		19 881,88	25 822,72
Subsídios outras entidades			
Doações e heranças		147 811,54	122 206,22
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....	9	546,05	937,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	-437 631,07	-427 788,04
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	-336 542,08	-367 952,43
Gastos com o pessoal.....	15	-2 291 539,41	-2 189 015,10
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	17.3		13 613,75
Provisões específicas (aumentos/reduções).....	11		
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....	10		
Outros rendimentos.....	10;17.12	183 734,89	91 725,93
Correções relativas a anos anteriores		6 636,70	3 498,35
Correções positivas de participações do ISS, IP		4 594,84	1 313,09
Outras correções de anos anteriores		2 042,06	2 185,26
Imputação de subsídios ao investimento		80 885,70	70 158,94
Outros rendimentos		96 212,49	18 068,64
Outros gastos.....	17.13	-52 905,53	-41 544,12
Correções relativas a anos anteriores		-3 914,80	-85,91
Correções negativas de participações do ISS, IP		-3 914,80	
Outras correções de anos anteriores			-85,91
Outros gastos		-48 990,73	-41 458,21
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		462 838,15	91 597,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5.1.3	-127 309,16	-116 305,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		335 528,99	-24 708,01
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	17.14	-6 291,24	-0,26
Resultado antes de impostos		329 237,75	-24 708,27
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		329 237,75	-24 708,27

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

António Manuel Félix Diny

António Manuel Félix Diny
Centro Social Paroquial de Aveiras de Cima

Tridigito, Lda.

5/24

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVEIRAS DE CIMA

Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		3 277 864,77	2 663 924,14
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-885 459,41	-828 707,00
Pagamentos ao pessoal		-2 248 029,88	-2 199 383,38
Caixa gerada pelas operações		144 375,48	-364 166,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-38 074,42	284 700,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		106 301,06	-79 465,61
Fluxos de caixa das actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-39 453,83	-39 642,56
Activos fixos tangíveis		-39 453,83	-39 392,56
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			-250,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		133 110,82	70,00
Activos fixos tangíveis		89 800,00	70,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		43 310,82	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		93 656,99	-39 572,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		82 674,35	48 462,09
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		82 674,35	48 462,09
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		82 674,35	48 462,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)			
		282 632,40	-70 576,08
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		22 105,74	92 681,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		304 738,14	22 105,74

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

Tridigito, Lda.

A Direcção

6/24

António Manuel Silva

Centro Social Paroquial de Aveiras de Cima

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2023

Anexo

1. Identificação da Entidade

Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima, contribuinte n.º 501 327 746, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção-Geral de Acção Social em 19 de Junho de 1986, com sede na Rua de São Martinho, nº 3, 2050-163 Aveiras de Cima. Tem como actividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).

mm

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025



W

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor comunicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A>

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

Na falta de estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/Patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.4. Créditos a receber e outros activos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros activos correntes", encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.5. Outros ativos e passivos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos».

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.9. Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, excepto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC):

"1 — Estão isentas de IRC:

a). (Revogada.);
b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeito a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins."

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.11. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os activos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo Patrimonial. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.12. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes deverão ser reconhecidas como gastos do período em que ocorrem. A Entidade não tem rendas contingentes

3.2.13. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a reflectir a melhor estimativa nessa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.14. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço.

As quotas, quando aplicável, são reconhecidas no ano a que correspondem.

Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025



W

3.2.15. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.16. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos, desde que exista segurança quanto ao cumprimento das respectivas condições associadas e que os mesmos serão recebidos, inicialmente em Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados em rendimentos do próprio período de acordo com a depreciação do activo afecto ao investimento.

3.2.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.18. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pela Entidade foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração
- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente, de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto no ponto 6 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, da NCRF-ESNL. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Investimentos

5.1 Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

5.1.1 Bens do domínio público

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

5.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não possui nem usufrui de qualquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

5.1.3 Outros ativos fixos tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	59 855,75	0,00	0,00	0,00	0,00	59 855,75
Edifícios e outras construções	3 074 402,28	0,00	-15 000,00	0,00	0,00	3 059 402,28
Equipamento Básico	669 383,21	8 289,59	0,00	0,00	0,00	677 672,80
Equipamento Transporte	145 353,94	62 224,00	-22 959,28	0,00	0,00	184 618,66
Equipamento Administrativo	142 802,83	1 494,64	0,00	0,00	0,00	144 297,47
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	106 993,59	0,00	0,00	0,00	0,00	106 993,59
Activos Fixos Tangíveis em curso	0,00	4 920,00	0,00	0,00	0,00	4 920,00
Total	4 198 791,60	76 928,23	-37 959,28	0,00	0,00	4 237 760,55
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 718 969,97	64 398,98	0,00	0,00	0,00	1 783 368,95
Equipamento Básico	590 412,59	23 753,06	0,00	0,00	0,00	614 165,65
Equipamento Transporte	114 578,74	27 249,37	-16 741,16	0,00	0,00	125 086,95
Equipamento Administrativo	131 289,75	3 812,33	0,00	0,00	0,00	135 102,08
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	35 170,77	6 500,95	0,00	0,00	0,00	41 671,72
Total	2 590 421,82	125 714,69	-16 741,16	0,00	0,00	2 699 395,35
						VL 1 538 365,20

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	59 855,75	0,00	0,00	0,00	0,00	59 855,75
Edifícios e outras construções	3 059 402,28	15 000,00	0,00	0,00	0,00	3 074 402,28
Equipamento Básico	662 686,58	14 743,29	-8 046,66	0,00	0,00	669 383,21
Equipamento Transporte	119 626,53	25 727,41	0,00	0,00	0,00	145 353,94
Equipamento Administrativo	142 162,31	640,52	0,00	0,00	0,00	142 802,83
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	30 801,44	76 192,15	0,00	0,00	0,00	106 993,59
Activos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 074 534,89	132 303,37	-8 046,66	0,00	0,00	4 198 791,60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 654 571,00	64 398,97	0,00	0,00	0,00	1 718 969,97
Equipamento Básico	570 282,25	28 177,00	-8 046,66	0,00	0,00	590 412,59
Equipamento Transporte	102 407,07	12 171,67	0,00	0,00	0,00	114 578,74
Equipamento Administrativo	127 827,28	3 462,47	0,00	0,00	0,00	131 289,75
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	28 669,82	6 500,95	0,00	0,00	0,00	35 170,77
Total	2 483 757,42	114 711,06	-8 046,66	0,00	0,00	2 590 421,82
						VL 1 608 369,78

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

Ativos fixos tangíveis doados

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates	Alienação	Reavaliações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	26 574,49	0,00	0,00	0,00	0,00	26 574,49
Edifícios e outras construções	86 734,42	0,00	0,00	0,00	0,00	86 734,42
Outras propriedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	113 308,91	0,00	0,00	0,00	0,00	113 308,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	11 301,48	1 594,47	0,00	0,00	0,00	12 895,95
Outras propriedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 301,48	1 594,47	0,00	0,00	0,00	12 895,95
						VL 100 412,96

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates	Alienação	Reavaliações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	26 574,49	0,00	0,00	0,00	0,00	26 574,49
Edifícios e outras construções	86 734,42	0,00	0,00	0,00	0,00	86 734,42
Outras propriedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	113 308,91	0,00	0,00	0,00	0,00	113 308,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	9 707,01	1 594,47	0,00	0,00	0,00	11 301,48
Outras propriedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 707,01	1 594,47	0,00	0,00	0,00	11 301,48
						VL 102 007,43

6. Ativos Intangíveis

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2025
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
						VL 0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2024
Custo						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Depreciações acumuladas						
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
Outros Activos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 093,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4 093,18
					VL	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Locações

A Entidade não detém quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade não registou encargos com empréstimos obtidos.

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Designação	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2025	2024	2025	2024
Existência Inicial	0,00	0,00	26 219,79	20 567,46
Compras	0,00	0,00	405 531,63	379 212,46
Autoconsumos	0,00	0,00	546,05	937,56
Regularização de existências	0,00	0,00	36 088,95	53 290,35
Existência Final	0,00	0,00	30 755,35	26 219,79
	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	0,00	437 631,07	427 788,04

1180

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

10. Rendimentos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes rendimentos:

Designação	2024	2023
Vendas	0,00	0,00
Serviços Prestados	2 797 684,51	2 592 166,80
Quotizações e joias	0,00	0,00
Serviços prestados - Particulares	1 049 088,65	1 009 746,67
Serviços prestados - Entidades Públicas	1 683 679,77	1 520 012,09
ISS, IP	1 683 679,77	1 520 012,09
Outras Entidades públicas	0,00	0,00
Serviços prestados - Outros	64 916,09	62 408,04
Trabalhos para a Própria Entidade	937,56	487,65
Subsídios, doações e outros	213 935,46	243 307,83
Subsídios das Entidades Públicas	91 729,24	80 668,11
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	122 206,22	162 639,72
Reversões	113 700,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	91 725,93	96 756,12
Juros, dividendos e outros	0,00	0,00
Total	3 217 983,46	2 932 718,40

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2025 não ocorreram variações relativas a provisões já que não foram reconhecidos passivos contingentes nem activos contingentes.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha, nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração", registados os seguintes montantes:

Designação	2025	2024
Subsídios do Governo	83 477,92	91 729,24
Instituto da Segurança Social	63 596,04	65 906,52
Pré-Escolar (comp.slr educadoras)	63 596,04	65 906,52
Autarquias	17 020,00	25 822,72
Camara Municipal de Azambuja	17 020,00	25 822,72
IEFP	2 861,88	0,00
Outras Entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	147 811,54	122 206,22
Total	231 289,46	213 935,46

AP

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025, não houve necessidade de reconhecer alterações das taxas de câmbio porque para além do euro não foi utilizada qualquer outra moeda.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não houve imposto retido na fonte por terceiros. A entidade encontra-se isenta de IRC com base no artigo 10º do CIRC.

15. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2025	2024
Remunerações	1 835 007,28	1 761 347,79
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	1 835 007,28	1 761 347,79
Indemnizações	2 578,72	103 732,69
Encargos sobre Remunerações	401 926,35	388 067,32
Órgãos Sociais	0,00	0,00
Pessoal	401 926,35	388 067,32
Seguro de A. de Trabalho	39 722,68	29 854,38
Outros Gastos com o Pessoal	12 304,38	6 012,92
Total	2 291 539,41	2 289 015,10

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade dispõe de Revisor Oficial de Contas:

PKF & Associados, SROC, Lda., nº 152

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

17. Outras Informações**17.1. Investimentos Financeiros**

No período de 2025 e 2024 a Entidade, de acordo com o estabelecido por lei para o Fundo de Restruturação do Sector Solidário (FRSS) e para o Fundo de Compensação do Trabalhador (FCT), detinha os seguintes movimentos na rubrica de "Investimentos Financeiros":

Designação	Saldo 01-01-2025	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2025
Outros investimentos financeiros					
Centuris	250,00	0,00	0,00	0,00	250,00
FRSS	1 684,34	0,00	0,00	0,00	1 684,34
FCT	18 189,67	0,00	0,00	0,00	18 189,67
Total	20 124,01	0,00	0,00	0,00	20 124,01

Designação	Saldo 01-01-2024	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2024
Outros investimentos financeiros					
Centuris	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00
FRSS	1 684,34	0,00	0,00	0,00	1 684,34
FCT	18 189,67	0,00	0,00	0,00	18 189,67
Total	19 874,01	250,00	0,00	0,00	20 124,01

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2025 e 2024 ocorreram os seguintes movimentos:

Designação	2025	2024
Doadores em curso	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Doadores em curso	296,48	0,00
Quotas	0,00	0,00
Total	296,48	0,00

17.3. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Créditos a receber" registava os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Utentes c/c	43 254,91	45 262,19
Utentes cobrança duvidosa	14 576,76	14 576,76
Perdas por imparidades acumuladas	-14 576,76	-14 576,76
Total	43 254,91	45 262,19

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

Designação	Saldo 01-01-2025	Regularizações	Aumento	Reversão	Saldo 31-12-2025
Utentes cobrança duvidosa	14 576,76				14 576,76
Perdas por imparidades acumuladas	-14 576,76				-14 576,76
	0,00				0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Designação	Saldo 01-01-2024	Regularizações	Aumento	Reversão	Saldo 31-12-2024
Utentes cobrança duvidosa	28 190,51		86,25	13 700,00	14 576,76
Perdas por imparidades acumuladas	-28 190,51		-86,25	-13 700,00	-14 576,76
	0,00		0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17.4. Outros activos correntes

A rubrica "Outros activos correntes" registava, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os seguintes valores:

Designação	2025	2024
Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Adiantam.a Fornecedores de Investimento	0,00	0,00
Pessoal	4 644,61	4 554,60
Adiantamentos ao pessoal	4 544,73	4 454,72
Outras operações com pessoal	99,88	99,88
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outros devedores	821 002,03	60 218,85
Entidades do Estado	801 348,44	41 671,65
ISS - Protocolos	44 848,44	41 671,65
ISS - PRR Mobilidade verde	16 500,00	0,00
ISS - PRR Requalificação ERPI	740 000,00	0,00
Outros	19 653,59	18 547,20
Total	825 646,64	64 773,45

17.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" registava os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	17 306,58	14 279,10
Outros	364,57	205,90
Total	17 671,15	14 485,00
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025

17.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, registava os seguintes saldos:

Designação	2025	2024
Caixa	2 622,74	761,95
Depósitos à ordem	302 115,40	21 343,79
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	304 738,14	22 105,74

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-jan-25	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-25
Fundos	8 679,66	0,00	0,00	8 679,66
Resultados Transitados	301 899,28	0,00	-24 708,27	277 191,01
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 081 626,41	799 810,82	-82 088,40	1 799 348,83
Subsídios Investimento	981 706,38	799 810,82	-82 088,40	1 699 428,80
Valor de 2024	981 706,38	0,00	0,00	981 706,38
Valor de 2025	0,00	799 810,82	0,00	799 810,82
Imputação de subsídios	0,00	0,00	-82 088,40	-82 088,40
OSS PIDDAC	0,00	0,00	-17 557,69	-17 557,69
OSS Outros	0,00	0,00	-15 427,60	-15 427,60
DRE Lisboa	0,00	0,00	-2 447,87	-2 447,87
Camara Municipal de Azambuja	0,00	0,00	-4 112,17	-4 112,17
Fundação Amélia Silva Melo	0,00	0,00	-1 736,68	-1 736,68
ALT20-06-4842-FEDER-000067 (Portugal 2020)	0,00	0,00	-19 421,84	-19 421,84
PRR-RE-C03-i01-000683	0,00	0,00	-7 634,55	-7 634,55
PRR-RE-C03-i01-000331	0,00	0,00	-6 250,00	-6 250,00
PRR-RE-C03-i01-000521	0,00	0,00	-7 500,00	-7 500,00
Doações	99 920,03	0,00	0,00	99 920,03
Resultado líquido do período	-24 708,27	24 708,27	329 237,75	329 237,75
Total	1 367 497,08	824 519,09	222 441,08	2 414 457,25

As diminuições resultam da integração em resultados transitados do resultado líquido de 2024 no valor de -€24.708,27 e da imputação, no período, dos subsídios ao investimento no valor de €82.088,40.

Os aumentos resultam do recebimento de subsídios ao investimento do PRR – Mobilidade Verde, para aquisição de viaturas elétricas, no valor de €55.000,00 bem como da assinatura do contrato para a requalificação da ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) no valor de €740.000,00.

17.8. Fornecedores

Os saldos das rubricas de "Fornecedores" e "Fornecedores de Investimentos" discriminam-se da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Fornecedores c/c	80 798,14	108 225,55
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Total	80 798,14	108 225,55

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está repartida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA*	6 669,56	5 292,05
* ao abrigo Dec. Lei 20/90		
Outros Impostos e Tributações	0,00	0,00
Total	6 669,56	5 292,05
Passivo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	7 265,53	9 224,88
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	37 842,48	49 170,06
Outros Impostos e Tributações	0,00	0,00
Total	45 108,01	58 394,94

17.10. Outros passivos correntes

A rubrica, "Outros passivos correntes", desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2025		2024	
	n/Corrente	Corrente	n/Corrente	Corrente
Clientes e Utentes	0,00	33 585,84	0,00	55 428,95
Adiantamento de utentes	0,00	33 585,84	0,00	55 428,95
Fornecedores	0,00	244,41	0,00	9 144,35
Fornecedores de investimentos	0,00	244,41	0,00	9 144,35
Pessoal	0,00	334,49	0,00	1 038,09
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com pessoal	0,00	334,49	0,00	1 038,09
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	0,00	295 912,60	0,00	291 724,74
Remunerações a liquidar	0,00	290 808,10	0,00	286 804,74
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar em 2026	0,00	238 259,26	0,00	235 256,32
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar em 2026	0,00	52 548,84	0,00	51 548,42
Outros Acréscimos	0,00	5 104,50	0,00	4 920,00
Outros credores	0,00	16 900,70	0,00	17 185,74
Total	0,00	346 978,04	0,00	374 521,87

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

17.11. Fornecimentos e serviços externos

A desagregação dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	6 000,00	38 382,78
Trabalhos especializados	85 520,20	64 765,25
Publicidade e propaganda		61,50
Vigilância e segurança		278,97
Honorários	28 031,06	34 244,59
Conservação e Reparação		
Em equipamentos próprios	31 119,99	23 552,18
Serviços bancários	3 206,99	2 546,25
Outros		
Consultas utentes	1 380,71	443,72
Encargos c/entidade contratante		17,85
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	3 834,59	4 409,70
Material de escritório	3 870,79	3 464,60
Artigos para oferta	1 527,05	
Material didático	4 187,27	4 235,59
Rouparia	1 729,18	4,99
Artigos saúde utentes	1 814,29	1 396,81
Electricidade	47 339,64	72 491,70
Combustíveis	7 927,25	8 266,89
Água	30 802,15	28 663,38
Gás	48 281,84	48 851,86
Deslocações e Estadas		
Pessoal	2 815,64	1 225,08
Utentes	6 694,10	3 282,17
Rendas e alugueres	2 889,25	2 962,80
Comunicação	5 616,36	5 157,47
Seguros	7 020,54	8 703,84
Contencioso e notariado	290,00	6 482,09
Limpeza, higiene e conforto		
Outros Serviços	4 643,19	4 060,37
Total	336 542,08	367 952,43

17.12. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	20,07
Rend. e ganhos em invest. não financeiros	107 457,00	2 795,00
Correções relativas períodos anteriores	6 636,70	3 498,35
Imputação de subsídios p/ investimento	80 885,70	70 158,94
Outros não especificados	3 755,49	15 253,57
Total	198 734,89	91 725,93

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

17.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2025	2024
Impostos	1 811,60	1 442,24
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	2 657,01	3 624,38
Outros gastos		
Gastos e perdas investim. não financeiros	1 418,12	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	3 914,80	85,91
Donativos	1 209,40	646,00
Quotizações	130,00	130,00
Ofertas e amostras de inventários	41 714,78	35 601,74
Outros não especificados	49,82	13,85
Total	52 905,53	41 544,12

17.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e/ou rendimentos relacionados com juros e similares com financiamento.

Designação	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6 291,24	0,26
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	6 291,24	0,26
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-6 291,24	-0,26

17.15. Informações genéricas

O ano em análise decorreu num contexto de incerteza, com o conflito na Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, agravado pela escalada de novos conflitos no médio oriente bem como pela taxa de inflação muito acima do habitual. Assim, vivemos uma vez mais uma situação com um terrível impacto na economia global quer pelo aumento de preços em geral, quer até pela escassez de alguns produtos.

Em Portugal, o Governo, continuou a tomar medidas de apoio ao aumento generalizado dos preços, quer a entidades quer à população em geral. O setor social também tem vindo a beneficiar desses apoios para fazer face às necessidades das diversas respostas sociais e ao apoio à comunidade.

Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro 2025

O número médio de utentes e pessoal ao serviço em 2025 e 2024 foi o seguinte:

Designação	2025		2024	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
Creche	83	17	82	18
Pré-Escolar	120	20	122	20
ATL	79	6	80	6
ERPI	94	70	97	68
Centro Dia	11	3	18	3
Apoio Domiciliário	36	8	37	8
Cantina Social	19	0	19	0
Total	442	124	455	123

17.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 20 de abril de 2025.

O Contabilista Certificado 12501

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direcção.

A Direcção

22 de Maio de 2026

7 – OBJETIVOS E PERSPETIVAS/ 2026

São objetivos da direção manter a gestão equilibrada no CSPAC tal como até aqui e nesse sentido fazer os necessários investimentos no que concerne ao imobilizado e aos recursos humanos para melhor servir os utentes das nossas valências.

De qualquer modo as condições económicas Nacionais e Internacionais são fatores primordiais a ter em conta nas tomadas de decisões da direção.

8 – Agradecimentos

A direção do Centro Social e Paroquial deixa uma palavra de profundo agradecimento a todos aqueles e aquelas que de algum modo têm contribuído para o bem do nosso Centro, nomeadamente, às nossas colaboradoras/os, aos privados, voluntários/as, empresas e instituições públicas e particulares bem como a toda a comunidade da paroquia de Aveiras de Cima.

Aveiras de Cima, 2 de maio de 2026

A Direção

*John G. Jannard
Lindell Avenue
Andres Yang Libs King*